



REPORTAGEM DE CAPA

O NATAL DE DILMA

O SUPREMO INTERROMPE
AS MANOBRAS PRÓ-IMPEACHMENT,
ENQUANTO A PRESIDENTA PREPARA
MUDANÇAS NA ÁREA ECONÔMICA

por ANDRÉ BARROCAL



Diálogo
imaginário.
Levy: "Saiu por
ali?" Dilma: "Sim,
sem problemas"





A maioria da Corte
seguiu Barroso,
contra o voto
de Fachin



AO COMPLETAR EXATOS seis meses no cargo, Edson Fachin, ministro calouro do Supremo Tribunal Federal, deu seu grito de independência. Ao menos foi a impressão deixada pelo magistrado, responsável por relatar a ação que definiu o rito de *impeachment* na Corte Suprema. Indicado por Dilma Rousseff, eleitor declarado da petista em 2010, Fachin surpreendeu até o mais delirante antidilmita. Em um voto de cem páginas, abençoou na quarta-feira 16 as manobras do presidente da Câmara, Eduardo Cunha, ignorou o trâmite adotado na deposição de Fernando Collor, em 1992, e propôs outro, que limitava a defesa da presidenta da República e facilitava as pretensões da oposição.

Não se sabe até que ponto as pressões sobre o ministro influenciaram o voto. Desde que assumiu a relatoria, Fachin passou a ser assediado moralmente pelos defensores do *impeachment*. Manifestantes postaram-se na porta de sua residência em Brasília. Em uma rua próxima, seu rosto foi pintado no asfalto com um alvo no meio da testa. No Paraná, sua terra natal, cartazes o classificavam como “assassino da democracia”.

O entusiasmo da oposição durou pouco. Na quinta 17, uma revolta comandada pelo ministro Luís Roberto Barroso mudou o cenário de forma radical, a favor de Dilma. Fachin só amealhou dois votos favoráveis a seu relatório, o de Gilmar Mendes, notório antipetista, e José Dias Toffoli, ex-petista. Diante da derrota anunciada, Mendes não deixou de exercer sua verve política antes de abandonar a sessão pelo meio, sob a desculpa de uma

viagem urgente. Classificou a decisão do colegiado de “casuista” e insinuou que os colegas de Corte tentavam dar um balão de oxigênio a um governo moribundo. Suas bravatas de nada valeram.

O STF frustrou o golpe tramado por Cunha em três pontos essenciais. Considerou inválida a constituição de uma chapa avulsana na eleição da comissão especial que vai analisar a consistência do processo contra a presidenta e a sua escolha por voto secreto. E determinou que o Senado tem o direito de decidir se aceita ou não um processo. À Câmara, definiram os ministros, cabe tão somente autorizar uma investigação.

“O presidente da Câmara dos Deputados estava firmemente disposto a conduzir este processo de acordo com os seus interesses e com a sua situação jurídica, que sabemos ser bem precária”, afirmou o deputado federal petista Wadih Damous. “Hoje, o Supremo firmou o papel do Senado Federal, que não é de mero carimbador das decisões da Câmara. E reafirmou hoje o Estado Democrático de Direito, pois entendeu que o processo do *impeachment* precisa

POLÍTICA.
Mendes, apoiado
por Toffoli, atacou
os colegas do Supremo
e deixou a sessão
mais cedo





REPORTAGEM DE CAPA



VITORIOSOS
O Senado de Calheiros
tem autonomia no
impeachment, diz STF.
Picciani volta
à liderança do PMDB
à Câmara



estar cercado do devido suporte legal. Foi uma grande vitória da democracia.” Representantes da oposição criticaram a decisão, mas prometeram acatá-la.

Diante do voto da maioria do tribunal, a Câmara dos Deputados terá de recomeçar o processo do zero. Uma nova comissão será escolhida pela indicação dos líderes partidários, respeitada a proporcionalidade das bancadas. A função do plenário da Casa será referendar essa seleção. Até o fechamento desta edição, na noite da quinta-feira 17, não havia uma decisão dos parlamentares sobre o cancelamento ou a redução do recesso. Eram remotas as chances de o Congresso retomar mais cedo os trabalhos.

Com as regras definidas pelo Supremo, Dilma Rousseff ganhou um novo gás, enquanto prepara um lance ousado em defesa do próprio mandato, a troca do ministro da Fazenda. O movimento visa, sobretudo, atender à desiludida base social petista na trincheira anti-*impeachment*, que, apesar da desilusão, organizou na quarta 16, na Avenida Paulista, um protesto maior do que aquele dos defensores do afastamento da petista, no mesmo local, no domingo 13 (55 mil contra 40 mil participantes, segundo o Datafolha). Ao mesmo tempo, a presidente busca sinalizar ao País o que virá pela frente, se permanecer no cargo. O Palácio do Planalto procura um substituto para Joaquim Levy, que, de acordo com portais de notícia, fez um pronunciamento em tom de despedida na reunião do Conselho Monetário Nacional, na quinta 17. O ministro da Casa Civil, Jaques Wagner, conversou nos últimos dias com empresários em São Paulo para sondar a receptividade a um ou outro nome. O perfil ideal, na visão de Wagner,

seria um empresário de peso do setor produtivo, alguém capaz de empunhar a bandeira do crescimento, inspirar os pares e as ruas. Repetir a “solução Levy”, representante do “mercado”, nem pensar.

Não há, porém, garantia de sucesso da estratégia. A amaventade do empresariado com o governo é notória. Pesa ainda a incerteza política, que tende a afastar eventuais candidatos ao cargo. Por isso, o Palácio do Planalto não descarta um plano B, uma solução caseira. Dois nomes cogitados são o de Nelson Barbosa, ministro do Planejamento, e Armando Monteiro Neto, titular do Desenvolvimento. A favor do primeiro contam a sintonia filosófica com a presidente e o domínio dos números e da história do governo petista, com o qual colabora desde 2003. O segundo tem a vantagem de ser empresário, ex-presidente da Confederação Nacional da Indústria e senador. Possui trânsito na economia e na política. Monteiro e Wagner conversaram na quarta-feira 16 pela manhã, em um encontro fora de suas agendas.

Na véspera, Monteiro e Barbosa participaram, no Palácio do Planalto, de uma reunião com empresários e sindicalistas. Dirigentes das associações nacionais dos fabricantes de máquinas, das montadoras e da indústria têxtil, além de integrantes de seis centrais sindicais, entregaram propostas para a retomada do crescimento econômico. Ausência notada foi a do ministro da Fazenda. Durante a conversa, a presidente comentou: “Precisamos construir uma nova equação para a economia brasileira”. A declaração da presidente e a ausência do titular da Fazenda seriam “emblemáticas” a respeito do futuro de Levy, na opinião do presidente da CUT, Vagner Freitas, presente ao encontro e crítico do ministro.

ANTONIO CRUZ/ABR, ANDRÉ DUZEK/ESTADÃO CONTEÚDO



Os ministros
definiram
o rito do processo
de impedimento

Dilma estava disposta a mudar o comando da Fazenda fazia algum tempo, mas a falta de um nome claro para substituir Levy e o momento político e econômico adiaram o desfecho. Após a reforma ministerial de outubro, a presidente foi alvo de uma ofensiva de petistas ligados ao ex-presidente Lula. O grupo achava que o momento era ideal para mexer na equipe econômica. O PT desesperava-se (e ainda se desespera) com a hipótese de ir à eleição municipal, em 2016, com uma profunda recessão nas costas. Mais grave: anteviam a possibilidade de ruas “amorenadas” nas manifestações contra a mandatária no início do próximo ano, devido ao aumento do desemprego, já em 7,5%, o pior novembro desde 2008.

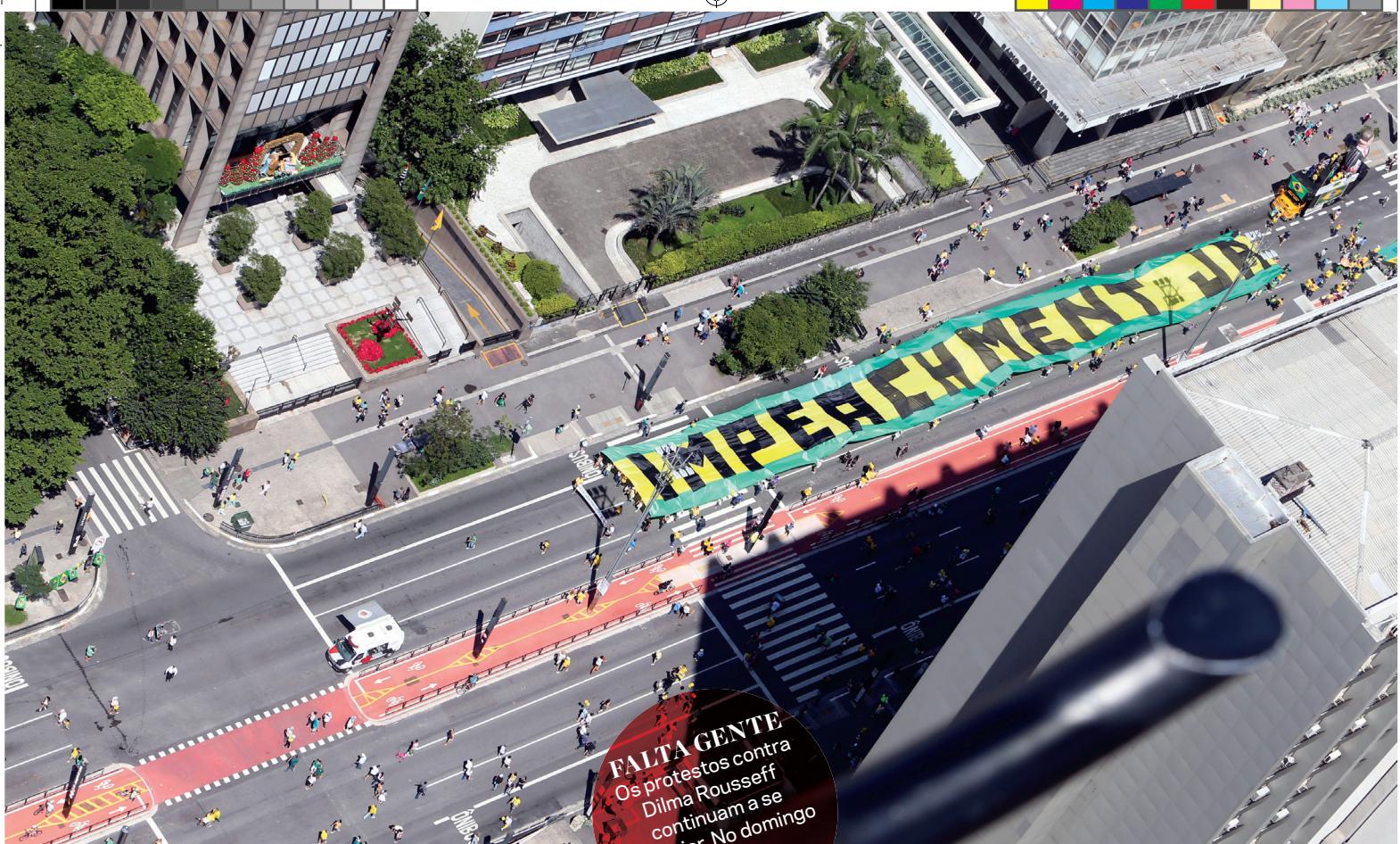
No fim de outubro, Dilma aceitou tomar um café da manhã com Antonio Palocci, ex-ministro da Fazenda, e ouviu a defesa da nomeação de Henrique Meirelles, presidente do Banco Central nos governos Lula. O ex-presidente, diz um antigo colaborador, apostava em Meirelles na Fazenda por causa de seu trânsito no mundo das finanças. A operação foi, no entanto, muito ostensiva. Incluiu até vazamento a jornalistas. Um “erro”, na opinião do ex-colaborador de Lula. O assédio alimentou a imagem de uma presidenta tutelada pelo antecessor, justamente após ela ter aceitado trocar Aloizio Mercadante por Jaques Wagner. Incomodada, ela recusou a ideia.

Nos últimos dias, Levy deu várias declarações públicas de permanência no cargo. Puro teatro, em parte combinado com o Palácio do Planalto. Sua saída é iminente. Nem mesmo o anúncio da decisão de outra agência de rating, desta vez a Fitch, de retirar o grau de investimento do Brasil, influenciou. A aprovação, pelo Congresso, da meta fiscal de 2016, de 0,5% do PIB, processo em que mais uma vez a Fazenda jogou contra o Planejamento e o Planalto, foi talvez a sua última tarefa. Um ministro do núcleo duro do governo, desses que se reúnem com Dilma para discutir o estado das coisas, diz que a presidente reserva um “presidente de Natal” ao eleitorado frustrado com a nomeação de Levy.

A guerra do *impeachment* tornou urgente trocar o leme na Fazenda, segundo algumas avaliações. Apesar de diversos movimentos sociais terem saído às

O MINISTRO JAQUES WAGNER CONSULTA EMPRESÁRIOS EM BUSCA DE UM SUBSTITUTO PARA LEVY

ruas em defesa da democracia, há dúvidas no Palácio do Planalto sobre a disposição de eles se manterem até o fim ao lado da presidente, caso não vejam mudanças na economia. A manutenção de Levy atrapalha ainda nas negociações no Congresso, pois a cintilena do ministro sobre “cortar, cortar e cortar” gastos afasta aliados. “Vivemos um círculo vicioso: a cada nova redução de gasto, o PIB cai mais”, reclama o deputado petista Paulo Pimenta, líder do governo na Comissão Mista de Orçamento.



FALTA GENTE
Os protestos contra
Dilma Rousseff
continuam a se
esvaziar. No domingo
13, foram
70% menores

Uma visão muito parecida com aquela da bancada do PMDB do Senado, grupo político fundamental para Dilma neste ano de tantos conflitos com a Câmara de Eduardo Cunha. Meses atrás, a bancada topava aliar-se a Nelson Barbosa em um movimento que esteve perto de derrubar Levy: a proposta de um Orçamento deficitário para 2016. O titular da Fazenda conseguiu, contudo, mais uma vitória. Para tanto, recorreu ao apoio do “mercado” e a um discurso terrorista sobre o futuro.

Exponente do PMDB no Senado, o presidente da Casa, Renan Calheiros, continua a ser um discreto aliado de Dilma Rousseff, apesar de ter sido incomodado na mais recente fase da Operação Lava Jato. Calheiros ficou preocupado, embora resignado, após as buscas e apreensões da terça-feira 15. Alguns de seus aliados foram atingidos. Com tantos petistas enrolados, seria ilusão imaginar que o governo tem como salvá-lo. O senador até teve razões para um leve sorriso. Se as casas e escritórios de Cunha foram reviradas pelos federais, o mesmo não aconteceu em seu caso, pois o ministro Teori Zavascki, do STF, não autorizou.

Calheiros manteve o Senado aberto normalmente após as batidas policiais, o que garantiu a votação de uma lei vital para os cofres do governo, a regularização de capitais enviados sem declaração ao exterior. Bancou a realização de sessões conjuntas de senadores e deputados para aprovar o Orçamento e a meta fiscal de 2016. E ainda arrumou tempo para criticar o vice-presidente Michel Temer, aliado de Cunha, no golpe via *impeachment*. O senador, em um momento de fúria e humor, teria chamado o vice de “mordomo de filme de terror”. Também defendeu o

retorno do deputado Leonardo Picciani, do PMDB do Rio de Janeiro, à liderança do partido na Câmara. Picciani, com o aval de Cunha, havia sido substituído por Leonardo Quintão.

Calheiros acusou Temer de ser um dos responsáveis pelo caos político em Brasília. No tempo em que o vice-presidente cuidou da articulação política do Planalto, disse o senador, só tratou de nomear aliados. Na carta ressentida enviada por Temer a Dilma, acrescentou, “em nenhum momento demonstrou preocupação com o Brasil”.

Na missiva, o vice ressentiu-se de ter sido excluído de compromissos oficiais. Reclamou em particular da ausência nas reuniões com Joe Biden, vice-presidente dos Estados Unidos. Mal sabe ele que, na segunda-feira 7, Biden telefonou a Dilma para lhe prestar solidariedade na luta contra o *impeachment*. Desejou sorte à presidente.

O estopim das críticas foi a decisão da cúpula do PMDB, na quarta 16, de filtrar novas filiações. Temer é presidente do partido e liderou a decisão, a pedido de Cunha. O objetivo era impedir a volta de Picciani, adversário do *impeachment*, à liderança da bancada do partido na Câmara. Calheiros chamou a decisão de “retrocesso”, enquanto Temer, em nota oficial, insinuava que o senador alagoano era um “coronel”. Inútil. No dia seguinte, Picciani reconquistou o posto, graças às assinaturas de 36 deputados do PMDB. Inconformada, a turma de Cunha ameaça convocar uma convenção, no início de 2016, para defender o rompimento definitivo com o governo. O ano vai começar a todo vapor. •

*Colaborou Rodrigo Martins